



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

ANEXO I JUSTIFICATIVAS

A. FINALIDADE:

Este anexo tem por finalidade incluir justificativas para adoção de exigências e particularidades em função da especificidade da realização de uma licitação objetivando a CDRU com encargo do **Abatedouro Frigorífico para caprinos e ovinos de Dormentes/PE**, localizadas às margens da PE-630, no município de Dormentes, Estado de Pernambuco, previstas no Termo de Referência e que aqui depois de relacionadas passam a integrar o Termo de Referência (TR).

B. JUSTIFICATIVAS DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O processo licitatório para a CDRU com encargo do **Abatedouro Frigorífico para caprinos e ovinos de Dormentes/PE**, se justifica por se tratar de empreendimento de interesse público, que é demanda antiga e recorrente dos produtores de caprinos e ovinos do município de Dormentes/PE, que têm nesta atividade econômica, uma vocação histórica consolidada, mas que não possuem estrutura organizacional capaz de gerenciar uma estrutura complexa como a de um abatedouro frigorífico.

Muito embora as limitações econômicas dos agricultores, criadores e das associações da região, a implantação do abatedouro foi e é um desejo antigo, tendo em vista que a implantação do equipamento permitirá o fortalecimento da cadeia produtiva além de fomentar a geração de trabalho e renda na comunidade, que vê os recursos gerados pela Caprinovinocultura serem melhor aproveitados por agentes externos e alheios ao município e interesses dos produtores.

Nas atuais condições, os criadores precisam fazer o transporte vivo dos animais que se destinam ao abate até a cidade de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, o que já demanda desembolso de imediato. Tendo em vista que, no abatedouro de destino, os criadores necessitam pagar valores entre R\$ 40,00 (quarenta) e R\$ 50,00 (cinquenta) reais/animal abatido, valores estes que representam outro custo adicional aos produtores, sem contar com o custo de transporte em uma região onde o preço da gasolina está na casa de R\$ 7,29 o preço do litro, este preço acaba impactando pois além do custo do abate necessita ser considerado o gastos necessitam de ser desembolsado para custear a vinda para Petrolina/PE e a volta à cidade de origem (Dormentes/PE), o que representa novo custo ao produtor.

Não bastassem esses gastos, o produtor perde a receita pela venda da pele do animal, além de existir registro de uma sub exploração da carcaça do animal, à medida que recebem pelo animal, apenas o valor corresponde ao peso bruto da carcaça multiplicado pelo custo unitário da carne, sem poderem realizar cortes especiais de maior valor agregado.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

Não fosse o desembolso financeiro que precisam realizar à concretização da negociação, há uma cadeia potencial que não pode ser explorada, pois os produtos secundários da carcaça (pele, vísceras, sangue e outros) não ficam no município de Dormentes/PE e sim no do local onde o animal é abatido.

Após a implantação do equipamento a entrada em operação do Abatedouro frigorífico de Dormentes/PE permitirá a geração de trabalho e renda na comunidade e nos municípios circunvizinhos, minorando ou mesmo evitando gastos com transporte, custos administrativos dos abatedouros externos, desenvolvimento de curtume e outros.

Devido à vocação e elevada capacidade de produção de caprinos e ovinos do município de Dormentes, o **Abatedouro Frigorífico para caprinos e ovinos de Dormentes/PE** foi projetado, dimensionado e construído para promover até 200 abates/dia.

A localização geográfica é outro diferencial competitivo do município, que tanto pode vender suas carnes ao consolidado mercado consumidor de Petrolina e Juazeiro, quanto ampliar mercados ao Piauí e norte da Bahia.

Todavia a administração de um **Abatedouro Frigorífico para caprinos e ovinos de Dormentes/PE** necessita ser realizado por uma instituição capaz de arcar com os custo de manutenção e construção, comercialização, divulgação e propagação da cadeia comercial, fato que até uma cidade do porte de Petrolina/PE teve que se convença da necessidade de terceirização da administração do abatedouro. Pois bem, são estes elementos que os produtores da região de Dormente/PE e cooperados não possuem e a municipalidade não demonstrou interesse em promover. Nasce aí a necessidade de atrair a iniciativa privada para em parceria com a administração pública fortalecer a cadeia produtiva naquela região do estado de Pernambuco.

C. DA ADOÇÃO PELO USO DA LICITAÇÃO FORMATO PRESENCIAL – LEI Nº 13.303/2016, ART. 54, INCISO VI – “MAIOR OFERTA”:

Como se trata de CDRU com encargos de imóvel de propriedade da CODEVASF, exige a forma de disputa pela “maior oferta”, como tipo de licitação, como pode ser observado no REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (RILC) da Codevasf implementado pela DELIBERAÇÃO Nº 28, 27 de julho de 2020, que estabelece em seu art. 65 - Subseção VI - Maior Oferta de Preço - do RILC:

Subseção VI Maior Oferta de Preço

Art. 65. O julgamento pela maior oferta de preço deve ser utilizado no caso de alienações de bens e de contratações que resultem em receita para a Codevasf, observadas as seguintes diretrizes:

I - os bens e direitos a serem licitados serão previamente avaliados para fixação do valor mínimo de arrematação, quando se tratar de alienação;



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

II - o instrumento convocatório estabelecerá as condições de pagamento e a forma de entrega do bem ao arrematante, quando se tratar de alienação;

III - poderão ser dispensados requisitos de qualificação técnica e de capacidade econômica e financeira;

IV - o instrumento convocatório poderá exigir a prestação de quantia a título de adiantamento, em se tratando de alienação, que será revertida em favor da Codevasf, caso o licitante não efetue o restante do pagamento devido no prazo estipulado.

Entretanto, visto que o SISTEMA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS, administrado pelo Ministério da Economia, não contempla essa modalidade, impossibilitando assim, a realização do certame na forma eletrônica, no primeiro momento buscando, assegurar a eficiência neste processo, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para a realização do certame e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, adotou-se o “PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO – PRESENCIAL”.

Certo é que este procedimento não foi bem aceito pela PR/AJ, de sorte que foi desenvolvido um procedimento em que, mediante convenção matemática, os descontos apresentados pelos licitantes seriam transformados em percentual positivos, mediante a inversão de sinais, fator que permite a realização de uma disputa pela “**maior oferta**” através da utilização da forma eletrônica por meio de sessão pública realizada pela rede mundial de computadores, no ambiente eletrônico, no sítio do Compras Governamentais: www.gov.br/compras/pt-br.

D. DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE COM O PLANO PLURIANUAL:

A CDRU do abatedouro frigorífico de Dormentes/PE tem como principal característica fortalecer a caprinovinocultura da região do Sertão do São Francisco, e esta ação já vem sendo construída pela CODEVASF dentro do seu plano de ação, sendo parte das ações previstas no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que, para o caso do CDRU do abatedouro frigorífico não está previsto novos investimentos, muito pelo contrario, haverá uma redução dos gastos atualmente realizados com vigilância armada, logo não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

E. DESAPROPRIAÇÃO:

Como o CDRU refere-se ao abatedouro frigorífico de Dormentes/PE cujos os serviços de implantação já foram comeditos em terreno adquirido e escriturado pela 3ª Superintendência Regional da Codevasf, não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, sendo desnecessária a elaboração de Projeto de Desapropriação.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

F. GARANTIA DO CONTRATO:

A fim de resguardar o patrimônio público faz-se necessário que seja exigida que a contratada apresente uma **garantia de execução do contrato**, na forma do art. 130 do RILC. Destaca-se que no caso de concessões de uso de área a garantia de que trata o art. 130 pode ser prestada com vigência inferior à do contrato, devendo o concessionário mantê-la vigente, renovando-a periodicamente até o final do contrato, sob pena de rescisão (art. 131 do RILC).

Outrossim, ela deverá ser apresentada previamente à assinatura do instrumento contratual, pois o TCU já determinou à própria CODEVASF que tal garantia, deve ser apresentada no ato de assinatura do instrumento contratual: “caso previsto no instrumento convocatório, observe rigorosamente o art. 56 da Lei n.º 8.666/93, exigindo, por ocasião da formalização dos próximos contratos firmados, a comprovação da prestação da garantia no momento da celebração do respectivo termo contratual, em obediência ao entendimento jurisprudencial desta Corte de Contas (Subitem 9.4.3 do Acórdão 401/2008-TCU-Plenário e subitem 8.2, ‘e’, da Decisão nº 518/2000 - Plenário)” (Acórdão 2292/2010-TCU-Plenário).

G. GARANTIA DE EXECUÇÃO (CAUÇÃO):

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato, a qual deverá correspondente a 5% (cinco por cento), do valor total do **abatedouro frigorífico de caprinos e ovinos de Dormentes/PE**, conforme prevista no Art. 130, Inciso I do Regulamento de Licitações e Contrato da CODEVASF e no Art. 70 da Lei 13.303/16.

H. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

O item que faz referência a Qualificação Técnica (Habilitação) do presente TR, foram selecionados de forma a não ser excludente, facilitando ao máximo a participação de empresas, ocorre que estas necessitar ter experiência em atividade semelhante ao objeto do CDRU que é abatedouro de animais.

Daí o motivo dos concorrentes necessitarem **fazer prova de prática de atividade pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objetivo contratual**. De forma similar, necessitam comprovar que sua **inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do (a) proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objetivo contratual**.

Serão considerados para fins comprovação as atividades pertinentes ao Grupo 10.1 - Abate e fabricação de produtos de carne do Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), como por exemplos os pertencente a 10.11-2 - Abate de reses, exceto suínos; 10.12-1 Abate de suínos, aves e outros pequenos animais e 10.13-9 Fabricação de produtos de carne.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

Assim, muito embora poucas, estas exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

I. VISITA:

Em consonância com as recomendações do TCU - Acórdão 1955/2014 Plenário - **não será exigida a visita ao local onde está instalado o abatedouro frigorífico de Dormentes/PE** porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde o empreendimento está instalado para conhecer a qualidade dos serviços executados, o local da edificação e sua proximidade para a cidade de Dormentes/PE e suas circunvizinhanças.

O ideal, mas opcional, é que um representante da empresa, pelo menos um técnico, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, possa visitar o local para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto da CDRU.

Contudo a concorrente deverá apresentar, conforme modelo do ANEXO V, uma **DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO OBJETO LICITADO**. Não podendo alegar desconhecimento do objeto licitado, tendo em vista que foi orientado para avaliar os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução.

Finalmente destaca-se que, caso queira visitar o local, o licitante deverá arcar com todos os gastos, ou seja, são de sua exclusiva responsabilidade arcar com os gastos para obtenção de todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

J. DIVULGAÇÃO DO VALOR ESTIMADO:

A divulgação dos valores estimativos do processo será realizada de **forma pública** em atendimento ao art. 34 da Lei nº 13.303/2016. Sobre este percentual faz-se necessário esclarecer que o preço mínimo estabelecido para a contrapartida mensal pela CDRU do abatedouro frigorífico de caprinos e ovinos de Dormentes/PE será equivalente a **10% (Dez por cento) do faturamento bruto mensal** auferido pela operação do abatedouro frigorífico de Dormentes/PE.

A razão do valor do percentual mínimo ser divulgado é para que as propostas apresentadas pelos concorrentes possam ser retratadas em percentual maior que o percentual mínimo que foi tornado público. Esta preocupação deve-se em razão da previsão de desclassificação das propostas de valor inferior ao percentual mínimo da contrapartida mensal referente a CDRU onerosa do Abatedouro Frigorífico para caprinos e ovinos de Dormentes/PE., desta forma, o licitante /concorrente deverá ter conhecimento dos percentuais mínimos na hora de elaboração das propostas, tendo em vista que este será seu ponto de corte.

Destaque-se que este percentual de **10% (Dez por cento) do faturamento bruto mensal** foi o resultado de pesquisas realizadas em processo de Concessão de abatedouro realizados nos últimos 3 (três) anos, refletindo portanto uma tendência do



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

mercado nacional, bem como das propostas apresentadas pelas empresas na licitação que foi fracassada.

Ficando merecendo destacar que esta contrapartida ficará limite ao valor mínimo mensal de **R\$ 12.288,28 (doze mil duzentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos)** nos casos em que o percentual de **10% (Dez por cento) do faturamento bruto mensal** ficar inferior a este limite mínimo.

O valor mínimo mensal foi determinado com base nos seguintes cálculos:

Valor do abate = 10 UFM = $10 \times 3,9897 = 39,897$ R\$/aminal

Capacidade do abatedouro por projeto = 200 aminsl da

Dias trabalhados mês = 22 dias

Animais abatido mês = $22 \times 200 = 4.400$ animais/mês

Valor do abate = $4.400 \times 39,897 = 175.546,80$

7% do faturamento = 12.288,28 R\$/mês

K. DO REAJUSTAMENTO DAS PARCELAS DE PAGAMENTO:

As contrapartidas mensais referentes a CDRU com encargos do Abatedouro Frigorífico para caprinos e ovinos de Dormentes/PE serão fixadas em um **percentual do faturamento bruto mensal** auferido pela operação do abatedouro frigorífico de Dormentes/PE. Ocorre que se o faturamento bruto mensal for pequeno, condição em que a contrapartida ficará baixa, neste caso o valor da contrapartida será **R\$ 12.288,28 (doze mil duzentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos)**.

Este valor mínimo para contrapartida será corrigido anualmente no respectivo vencimento, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ou outro índice equivalente que venha a ser adotado pelo Governo Federal.

L. DA ADMISSÃO DE SUBCONTRATAÇÃO:

Como existe uma cadeia de serviços que necessitam ser executados para o bom funcionamento do abatedouro frigorífico de Dormentes/PE, verificou-se ser necessário autorizar a subcontratação de serviços menos relevantes.

Logo não poderão ser objeto de subcontratação as parcelas de maior relevância e consideradas principais do objeto, mas tão-somente, aquelas que possam ser entendidas como atividades auxiliares e que, por não dizerem respeito às atividades fim da CONTRATADA não são, muitas das vezes, objeto de execução diretamente pelas mesmas.

Nesta perspectiva tem caso em que um serviço mais específico como montagem e manutenção de equipamento, transporte de animal e de derivados, necessitam ser executados mas não são típicos das atividades, logo estes serviços podem ser subcontratados, lembrando que a subcontratada deverá atender as mesmas exigências de qualificação técnica do edital da licitação conforme estabelece o art. 78, caput e parágrafo primeiro da Lei 13.303/2016 e o Acórdão 3191/2020-Plenário, segundo o qual “a subcontratação de serviços [...] deverá observar o previsto no edital do certame, bem como exigir que a empresa subcontratada atenda, em relação ao objeto



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

da subcontratação, as exigências de qualificação técnica impostas ao licitante vencedor, sob pena de se caracterizar afronta ao art. 78, caput e parágrafo primeiro da Lei 13.303/2016” (Acórdão 3191/2020-Plenário).

M. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

Para aumentar a competitividade será permitida a participação de empresas em consórcio desde que atendida as exigências do edital e da legislação vigente. A logística necessária para o cumprimento do objeto exige o envolvimento de empresas com especialidade em administração de abatedouro de animais, sendo consequentemente **aconselhável permitir a participação de empresas em formado de consórcio.**

Faz-se necessários destacar que a única finalidade da autorização de participação de empresas em consórcio é para aumentar a concorrência, tendo em vista que existe, e esta é a realidade dos fatos, muitos CDRU em que a empresa gestora não faz parte de consórcio, mas se a autorização do consórcio poderá permitir a participação de mais empresas e possibilitará reforçar a capacidade técnica e financeira do Licitante, não há porque impedir este mecanismo.

Outro ponto importante é que o Abatedouro Frigorífico de Dormentes/PE diferencia dos demais abatedouros da região em recorrência de poder trabalhar com corte e distribuição, tais como o projeto é mais amplo e basear-se no fortalecimento da cadeia, caso algum grupo de empresa queira participar do processo, não há que se falar em criação de barreiras, devendo apenas estas organizações atentarem para a legislação vigente e sua compatibilidade com o objeto do CDRU.

Finalmente destaca-se que em relação à participação de consórcios, as razões anteriormente apresentadas visam atender o que determina a jurisprudência do TCU: “Explicite as razões para a admissão ou a vedação à participação de consórcio de empresas, uma vez que o princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões, inclusive das discricionárias” (Acórdão 1453/2009 Plenário).

N. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA:

A princípio será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Cooperativas, muito embora as especificidades do objeto e da prestação de serviço exige uma gestão operacional centralizada e não concede autonomia aos cooperados, conforme exigido pela IN MPOG 05/2017.

Determina a limitação de arrecadação imposta pelo art. 34. da Lei 11.488/2007 que se aplicam às sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados, o disposto nos Capítulos V a X, na Seção IV do Capítulo XI, e no Capítulo XII da referida Lei Complementar.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

Finalmente deve ser destacada a Súmula 281 do TCU, que ainda não foi revogada, indica ser “vedada a participação de cooperativista em licitações quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade” (Súmula 281, aprovada pelo Acórdão TCU 1.789/2012 - Plenário, de 11 de julho de 2012).

O. JUSTIFICATIVAS:

O processo licitatório para CDRU com encargos do **abatedouro frigorífico para caprinos e ovinos de Dormentes/PE**, localizadas às margens da PE-630, no município de Dormentes, Estado de Pernambuco localizado no estado de Pernambuco, inserido na área de atuação da 3ª Superintendência regional da Codevasf, se justifica por se tratar de empreendimento de interesse público, que busca fomentar o fortalecimento e qualificação de atividades produtivas da Caprinovinocultura desenvolvida por comunidades carentes em diferentes municípios das microrregiões do sertão do São Francisco pernambucana, em especial as cidade de Dormentes/PE, Afrânio/PE e Petrolina/PE, todas inseridas na área de atuação da 3ª SR

Esta atividade faz parte do plano de atuação desenvolvido pela Codevasf voltado para as APL's, neste processo, a companhia vem promovendo ações de qualificação, incentivo e apoio das cadeias produtivas, bem como a estruturação das atividades típicas e tradicionais praticadas por associações e comunidades, possibilitando sua organização em Arranjos Produtivos Locais - APLs.

A Caprinovinocultura é um das APLs e por isso deve ser entendida como uma atividade cultural e econômica, que vêm sendo praticadas por um contingente significativo de individuais, no território do Sertão do São Francisco, região onde a caprinovinocultura é a atividade produtiva predominante, Ocorre que nesta região somente a cidade de Petrolina/PE tem um abatedouro, que é de múltiplas finalidade, não sendo exclusivo para caprinos e ovinos, além disso, o abatedouro da cidade de Petrolina/PE ficando a mais de 150 km da cidade de Dormentes/PE um dos maiores produtores de caprinos do estado.

A implantação de um abatedouro frigorífico nesta região é uma ação adequada às necessidades dos municípios do sertão pernambucano, onde a caprinovinocultura é uma atividade primordial para a economia produtiva dos pequenos criadores e agricultores da região, logo a qualificação da estrutura de beneficiamento dos produtos derivados dos rebanhos de caprinos e ovinos se caracteriza como sendo uma intervenção de extremamente necessária, e ela se realizará mediante a realização do CDRU do abatedouro, de forma que, permita que uma empresa privada venha a atuar e colocar para funcionar um parque industrial que é o desejo de grande parte dos criadores da região de Dormentes/PE, Afrânio/PE e Petrolina/PE, todos os municípios inseridos na área de atuação da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF todos no estado de Pernambuco.

P. Recomendação:

Considerando o alto valor investido pelo Poder Público na construção do Abatedouro Frigorífico para Caprinos e Ovinos de Dormentes/PE, e considerando o risco de danos



Ministério do Desenvolvimento Regional
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
3ª Superintendência Regional

ao imóvel decorrente da atividade a ser desempenhada, recomenda-se pertinência de que a CESSIONÁRIA contrate seguro de danos durante a vigência da CDRU.

Q. Recomendação:

Recomenda-se que a CODEVASF inclua em suas normativas instrumentos referentes à CDRU com encargos de bens imóveis, devendo este instrumento ser provido dos procedimentos necessários de serem contemplados e/ou promovidos para realização deste tipo de certame.

Petrolina/PE, 22 de agosto de 2022

Elijalma Augusto Beserra
Analista em Desenvolvimento Regional
Chefe da 3ª GRR/UDT

Maxwell Rodrigo Lima Tavares
Analista em Desenvolvimento Regional
Gerente da 3ª GRR

Aurivalter Cordeiro Pereira da Silva
Superintendente Regional da 3ª SR da Codevasf
APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE